

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 329/2025**

**CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR; inscrita no CNPJ Sob nº 00.136.858/0001-88, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vilmar Schmoller.

**CONTRATADA: LGQ LABORATÓRIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 10.339.192/0001-19, com sede na Avenida Antônio Silvio Barbieri, nº 1212, Bairro Pinheirinho, na cidade de Francisco Beltrão/PR, CEP 85.603.000, neste ato representada por seu representante legal Sr. Aridiany Antunes de Lara, titular da CI/RG nº \*.297.\*\*\*-\* e inscrita no CPF nº \*\*\*.559.\*\*\*-\*\*.

Pelo presente instrumento, oriundo do processo de licitação nº 156/2025, Dispensa de Licitação nº 06/2025, homologado em 29/05/2025, mediante sujeição as normas constantes na Lei nº 14.133/2021, Resoluções CONIMS nº 58/2023, nº 60/2023, nº 78/2023, nº 109/2023, nº 172/2023 e nº 173/2023, suas alterações e demais normas e legislações aplicáveis e ainda, pelas condições e exigências constantes no aviso de contratação direta e seus anexos, CONTRATANTE e CONTRATADA, neste ato representadas por seus representantes legais, ao final subscritos, tem entre si, justo e avençado, assinam o presente instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada para a execução de testes microbiológicos (bacteriológicos) e físico-químicos, com emissão de laudos, para a análise da água utilizada no Centro de Materiais e Esterilização (CME) do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS, conforme as condições e especificações estabelecidas no aviso de contratação direta e seus anexos.

**2. ESPECIFICAÇÕES**

LOTE 01						
ITEM	CÓDIGO CONIMS	DESCRIPTIVO	APRES.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	7202156289	Análise microbiológica/bacteriológica (coliformes totais e escherichia coli), em água do Centro de Materiais e Esterilização (CME) do CONIMS, com emissão de laudo	SERV.	60	69,38	4.162,80
2	7202156304	Análise físico-químico (dureza total, Ph, íons cloreto, cobre, ferro e manganês), em água do Centro de Materiais e Esterilização (CME) do CONIMS com emissão de laudo	SERV.	10	278,97	2.789,70

**VALOR TOTAL DO PROCESSO R\$ 6.952,50**

**- Para item 1 a análise será mensal e para o Item 2 a análise será semestral.**

### **CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA E LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**3.1.** A prestação dos serviços pela contratada será formalizada por esta entidade por intermédio da emissão Solicitação de Fornecimento, a qual somente deverá ser aceita pela contratada se estiver assinada pelo responsável do Setor de Manutenção e Patrimônio.

**3.2.** O local da coleta da água será no CME (Centro de Materiais e Esterilização), no ponto de enxague dos materiais, no prédio da Sede do CONIMS, cito à Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR, CEP 85.501-530, através de agendamento prévio com o responsável pelo CME, pelo e-mail [redeseprogramas@conims.pr.gov.br](mailto:redeseprogramas@conims.pr.gov.br) ou WhatsApp (46) 99130-7175, das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 16:00 de segunda à sexta-feira.

**3.2.1.** O profissional técnico da contratada que irá executar a coleta, ao chegar neste CONIMS deverá primeiramente se apresentar ao responsável do CME ou a pessoa nomeada pelo responsável do CME, para o acompanhamento da coleta da amostra da água.

**3.3.** A empresa contratada deverá prestar os serviços de testes e análises da água e posterior emissão de Laudos Técnicos, de acordo com as Normas Técnicas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e atualmente vigentes.

**3.4.** Todo material necessário para coleta, testes, análises e emissão de laudos, deverá ser disponibilizado pela empresa contratada, sem gerar qualquer ônus ao CONIMS.

**3.5.** A contratada deverá elaborar, juntamente com o Responsável pelo CME do CONIMS, um cronograma para execução das análises, agendando previamente as datas de coletas e/ou entrega da amostra e prazos para entrega dos laudos mensais e semestrais.

**3.6.** A contratada deverá dispor de profissionais qualificados para a execução dos serviços, bem como utilizar materiais que garantam a exatidão dos resultados, respeitando sempre as determinações do Ministério da Saúde.

**3.7.** Os resultados dos testes e análises (laudos técnicos) deverão ser disponibilizados ao CONIMS em até 10 (dez) dias úteis após a coleta da amostra.

**3.8.** Caso a contratada não efetive os serviços dentro dos prazos e padrões de qualidade, ou efetive de forma parcial, a mesma será NOTIFICADA para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, se manifestar a respeito, não o fazendo, sofrerá as penalidades previstas neste aviso e na legislação.

**3.9.** Os Laudos Técnicos poderão ser enviados ao CONIMS por meio do endereço eletrônico [redeseprogramas@conims.pr.gov.br](mailto:redeseprogramas@conims.pr.gov.br) e [manutencao@conims.pr.gov.br](mailto:manutencao@conims.pr.gov.br).

**3.10.** Nos Laudos deverão constar o nome legível e a assinatura do profissional responsável.

**3.11.** O profissional responsável deverá possuir registro junto ao órgão de classe da categoria (biologia, química, bioquímica, ou área afim que garanta que a execução dos serviços será prestada por profissional qualificado para tal).

**3.12.** No caso de identificação de parâmetros acima daqueles estabelecidos pelo Ministério da Saúde como aceitáveis para a potabilidade da água, a empresa contratada deverá informar à contratante, em no máximo 3 (três) dias úteis após a realização das análises, descrevendo as irregularidades encontradas.

**3.13.** A contratada deverá informar imediatamente esse CONIMS, caso eventualmente ocorra empecilhos na execução do serviço.

**3.14.** Não será permitida a troca de CNPJ contratado do contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE**

**4.1.** A contratada disponibilizará como responsável técnica o profissional Roberta Roncatti, registrado no conselho federal de química nº 09202107.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA NOMEAÇÃO DE PREPOSTO**

**4.1.** A contratada deverá indicar um profissional do quadro de funcionários registrados de sua empresa para atuar como preposto, ao qual este ficará responsável pelos atendimentos necessários e esclarecimentos deste CONIMS, tanto por via telefone, whatsapp, E-mail ou qualquer outro meio de comunicação, devendo respeitar o prazo máximo de 2 (duas) horas para resposta.

**4.2.** Em caso de necessidade de troca de preposto a contratada deverá comunicar este CONIMS de maneira prévia, repassando a este órgão todos os dados necessários do novo preposto.

**4.3.** Não estando o CONIMS satisfeito com os serviços prestados pelo preposto indicado pela contratada, poderá este CONIMS exigir a troca de preposto, devendo ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

#### **CLÁUSULA SEXTA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, e gestor do contrato, ou pelos respectivos substitutos de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.3.** O fiscal de contrato, bem como o gestor do contrato, são os designados conforme Resolução CONIMS.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO DE VIGÊNCIA**

**7.1.** O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses contados a partir da 21/06/2025, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

## **CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1.** As despesas geradas em função do objeto ocorrerão por conta da dotação orçamentária:

01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00.00.00 fontes 076 e 000.

## **CLÁUSULA NONA - EMISSÃO DA NOTA FISCAL**

**9.1.** A contratada deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica de Serviço, ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 00.136.858/0001-88 – Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR. CEP: 85.501-530 – Inscrição Estadual: Isenta – Inscrição Municipal: 247858.

**9.2.** O cálculo dos impostos e tributos é de responsabilidade da emitente. Sendo obrigatória a retenção do IRRF na forma da IN RFB 1234/12 – Anexo I.

**9.3.** A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, deve ser encaminhada ao e-mail: [contabilidade@conims.pr.gov.br](mailto:contabilidade@conims.pr.gov.br) no ato de sua emissão, juntamente com o documento de cobrança, e/ou seja disponibilizado pelo prestador acesso em área restrita com login e senha.

**9.4.** Havendo erros na emissão da Nota Fiscal a mesma deverá ser substituída ou anulada, e/ou constatação de erros, circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até que o prestador contratado providencie as medidas saneadoras.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – VENCIMENTO E PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será realizado mensalmente até o 05º (quinto) dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, diante da entrega dos relatórios referentes as análises de cada período avaliado, em moeda corrente nacional, através de crédito, DOC ou TED na conta corrente pessoa jurídica no mesmo CNPJ registrado.

**10.2.** Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor do objeto contratado.

**10.3.** Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para

a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**10.4.** Em caso de Processo Administrativo, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

**10.5.** O prestador contratado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, serão adotadas as medidas cabíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REAJUSTE DE PREÇOS**

**11.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/05/2025.

**11.2.** Em caso de prorrogação do prazo, o valor poderá ser objeto de reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, variação dos custos na planilha de preços, de forma simultânea ou subsidiária, conforme o caso concreto, preponderando o menor índice. O reajuste será calculado com o índice da data em que o aditivo de prorrogação for realizado.

**11.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**12.2.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nas seguintes situações:

**12.3.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto da Lei nº 14.133, de 2021;

**12.4.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os valores registrados;

**12.5.** Quando da solicitação de reequilíbrio econômico o mesmo deverá ser devidamente comprovado, mantidos os valores dos meses anteriores.

**12.6.** O pedido de reequilíbrio não tem efeito suspensivo.

**12.7.** O pedido será analisado pelo setor competente do CONIMS no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos e, em havendo necessidade de juntada de novos documentos ou a correção/esclarecimento dos apresentados, o agente os requisitará, indicando prazo para o seu atendimento.

**12.8.** No caso de necessidade de juntada de novos documentos, diligências ou outras providências por parte do Interessado, o prazo para análise fica suspenso.

**12.9.** Regularizada a instrução e sendo deferido o reequilíbrio, este produzirá efeitos retroativos à data da solicitação, cujo acréscimo será pago na fatura pendente ou, em não havendo, em pagamento complementar.

**12.10.** Não regularizada a instrução na oportunidade a que se refere o item anterior, sendo necessárias complementações ou mais esclarecimentos, o pedido de reequilíbrio, se deferido, terá efeitos retroativos a contar da última manifestação do Fornecedor.

**12.11.** O pedido de reequilíbrio econômico financeiro deverá ser enviado ao e-mail [licitacao@conims.pr.gov.br](mailto:licitacao@conims.pr.gov.br) e instruído com os seguintes documentos:

**12.12.** Requerimento assinado pelo representante legal da empresa.

**12.13.** Cópia de documentos que comprovem o alegado (notas fiscais anteriores e posteriores a dispensa, ofício/carta de laboratório e outros documentos que se entender necessário.

**12.14.** Demonstrativo abaixo preenchido (um para cada item):

<b>Processo nº 156/2025 Dispensa de Licitação nº 06/2025</b>	
Nº do Item:	
Descrição do Item:	
Marca:	
<b>Dados que serviram de base para oferta de preços na dispensa de licitação</b>	<b>Dados para comprovar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro</b>
Preço registrado na dispensa de licitação	Novo preço proposto
Preço de compra antes da dispensa licitação	Preço de compra atual
Data da compra	Data da compra
Nº da Nota fiscal	Nº da Nota fiscal

% da margem sobre o preço de compra*	% da margem sobre o preço de compra*
--------------------------------------	--------------------------------------

*\* Referente a porcentagem da margem sobre o preço de compra poderá ser solicitado que seja detalhada, por exemplo: Frete, Imposto, Custos indiretos e Diretos entre outros.*

**12.14.** O CONIMS, poderá a qualquer tempo, mediante prévia notificação ao Fornecedor, reduzir o preço contratado, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado.

Antes de deferir o pedido de reequilíbrio, poderá o CONIMS consultar o preço praticado pelas licitantes incluídas no cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para contratar com a empresa que apresentar o menor preço, liberando a requerente do compromisso de entregar os materiais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**13.1.** Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao prestador, as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele.

**13.1.1.** A fiscalização poderá se dar a qualquer momento inclusive sem a necessidade de aviso prévio ao prestador contratado.

**13.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo prestador, em tempo hábil, de quaisquer dúvidas relacionadas à execução do objeto.

**13.3.** Efetuar o pagamento dos itens de acordo com as condições ora estabelecidas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**14.1.** O prestador contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes no contrato, no aviso e termo de referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto

**14.2.** Executar diretamente o contrato na forma ajustada, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, mesmo parcialmente, as obrigações assumidas.

**14.3.** Prestar os serviços contratados obedecendo as normas e regulamentações legalmente vigentes.

**14.4.** Prestar os serviços obedecendo rigorosamente o descrito na proposta e em perfeita conformidade com as condições estabelecidas pelo aviso de contratação e Termo de Referência aos quais vincula-se o contrato.

**14.5.** Cumprir com o estabelecido, mantendo o CONIMS informado, de acordo com as conveniências deste, de todos os pormenores dos serviços.

**14.6.** O prestador contratado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à

Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, bem como, todas as condições de habilitação especificadas no aviso de contratação e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, o prestador registrado será notificado para regularização, caso não seja solucionado, os serviços poderão ser interrompidos, ressalvado o direito de recebimento pelos serviços já executados.

**14.7.** Garantir a prestação dos serviços continuamente, sem interrupções, de acordo com os prazos, horários previstos, padrões de qualidade, quantidades exigidas e as normas técnicas e legais aplicáveis ao ramo do negócio do objeto contratado. Em caso de falhas, defeitos ou vícios o prestador se obriga a corrigi-los imediatamente e a esclarecer a contratante sobre o ocorrido.

**14.8.** Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas direta ou indiretamente resultantes desta dispensa de licitação.

**14.9.** Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pelo CONIMS quanto a prestação dos serviços contratados.

**14.10.** Comunicar imediatamente ao CONIMS toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução deste contrato.

**14.11.** O prestador contratado é responsável por danos causados ao CONIMS, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução pela contratante ou responsável do CONIMS.

**14.12.** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais e pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

**14.13.** Comunicar ao CONIMS de forma imediata as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social e demais alterações que por ventura vierem a acontecer enquanto da vigência do contrato.

**14.14.** Aceitar nas mesmas condições do contrato os acréscimos ou supressões, que se fizerem necessários no serviço, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato atualizado, consoante o disposto nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021.

**14.15.** A contratada responsabilizar-se-á pelo pagamento de qualquer imposto, taxa ou demais despesas decorrentes da execução dos serviços contratados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**15.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da contratação direta ou do contrato que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de dispensa, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**15.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**15.3.** É dever do prestador orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a)** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** Der causa à inexecução total do contrato, assim entendida o não atendimento do objeto do contrato em sua integralidade, em casos em que o pedido de fornecimento conter a sua totalidade causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Der causa à inexecução total do contrato;
- d)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**16.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**a) Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b" e "c" do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "d", "e", "f" e "g" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b" e "c", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**d) Multa, podem ser cumulativas ou não:**

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a. O atraso superior a 31 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, sem prejuízo da multa.

(2) Compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**16.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**16.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**16.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**16.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONIMS ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, se inerte o Contratado no seu recolhimento administrativo, no prazo máximo de 30 (trinta) a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CONIMS.

**16.7.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto em Resolução própria desse CONIMS.

**16.8.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o contratado;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**16.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**16.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Regulamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RESCISÃO/EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**17.1.** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**17.2.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante,

quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem

**17.2.1.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**17.2.2.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**17.3.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos seguintes motivos, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

**17.3.1.** Por iniciativa do CONIMS:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações ou de prazos;
- b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) decretação de falência ou dissolução da sociedade;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) razões de interesse público, justificadas pelo Presidente do CONIMS;
- g) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz

**17.3.2.** Por iniciativa do Contratado:

- a) suspensão de execução do contrato, por ordem escrita do CONIMS, por prazo superior a 3 (três) meses e para o qual o Contratado não tenha dado causa;
- b) repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, para as quais o Contratado não tenha dado causa;
- c) atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pelo CONIMS - Por razão de interesse público;

**17.3.3.** Por acordo entre as partes, precedida de autorização escrita e fundamentada do Presidente do CONIMS e reduzidas a termo no respectivo processo

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SUBCONTRATAÇÃO**

**18.1.** O Termo de contratação não poderá ser objeto de cessão, transferência e/ou subcontratação no todo ou em parte, não podendo a Contratada se valer deste para

vincular terceiros à presente contratação, sob pena de imediata rescisão e aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – AÇÕES JUDICIAIS**

**19.1.** Qualquer ação judicial contra a contratante oriundo da prestação de serviços pelo prestador, ou mesmo que venha a Contratante compor a lide, será de exclusiva responsabilidade do prestador, a qual arcará com todas as despesas de qualquer natureza que do ato resultar, ressarcindo a Contratante todo e qualquer valor que for obrigado a desembolsar em razão dessas ações judiciais, extrajudiciais ou reclamações administrativas.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO**

**20.1.** Para resolver os conflitos e dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Pato Branco/PR.

E por assim estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e na presença de duas testemunhas, para que surtam seus efeitos legais.

Pato Branco/PR, 30 de maio de 2025

**ARIDIANY ANTUNES**  
**CONTRATADA**

**VILMAR SCHMOLLER**  
**CONTRATANTE**

Testemunhas:

**JEAN RICARDO DORSI**  
**CPF: \*\*\*.042.\*\*\*-\*\***

**SANDRA FIM**  
**CPF: \*\*\*.809.\*\*\*-\*\***